

Resistências culturais ao sistema-mundo: uma análise mediante o caso do Arranjo Produtivo Local do tricot de Imbituva-PR

Las resistencias culturales a sistema-mundo: Un análisis mediante el caso del Arreglo Productivo Local (APL) del tricot de Imbituva-PR.

Resistance to cultural system-world: an analysis by the case of the local productive arrangement of tricot Imbituva-PR

Zaqueu Luiz Bobato

Zaqueudegeo@gmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

llagc2@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir que as conjunturas econômicas, políticas e sociais, de países tidos como “periféricos” e “semiperiféricos”, são condicionadas a processos hegemônicos regidos por países considerados “centro do sistema”. Desta forma, ressalta-se que a economia global e o pensamento hegemônico permeiam as ações econômicas e políticas dos diversos países e atores sociais. Neste contexto, discutem-se os modelos europeus de desenvolvimento, refletidos nas políticas de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil, com um enfoque sobre o APL do tricot do município de Imbituva-PR.

Palavras-chave: Sistema-mundo. Cultura. Imbituva-PR.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las situaciones económicas, políticas y sociales, de los países considerados "periféricos" y "semiperiféricos", están condicionadas a los procesos regidos por los países hegemónicos considerados "centro del sistema". Por lo tanto, se insiste en que la economía global y el pensamiento dominante impregnan las acciones económicas y políticas de diferentes países y actores sociales. En este contexto, se discuten los modelos europeos de desarrollo, que se refleja en las políticas de desarrollo de los Arreglos Productivos Locales (APL) en Brasil, con un enfoque en el APL del tricot en la ciudad de Imbituva-PR.

Palabras-claves: Sistema-mundo. Cultura. Imbituva-PR.

Abstract: This article aims to discuss the economic, political and social, from countries considered "peripheral" and "semiperipheral" are conditioned to hegemonic processes, governed by countries considered "core" system. Thus, it is emphasized that the global economy and the dominant thinking, and permeate the economic policies of different countries and social actors. In this context, we discuss the European models

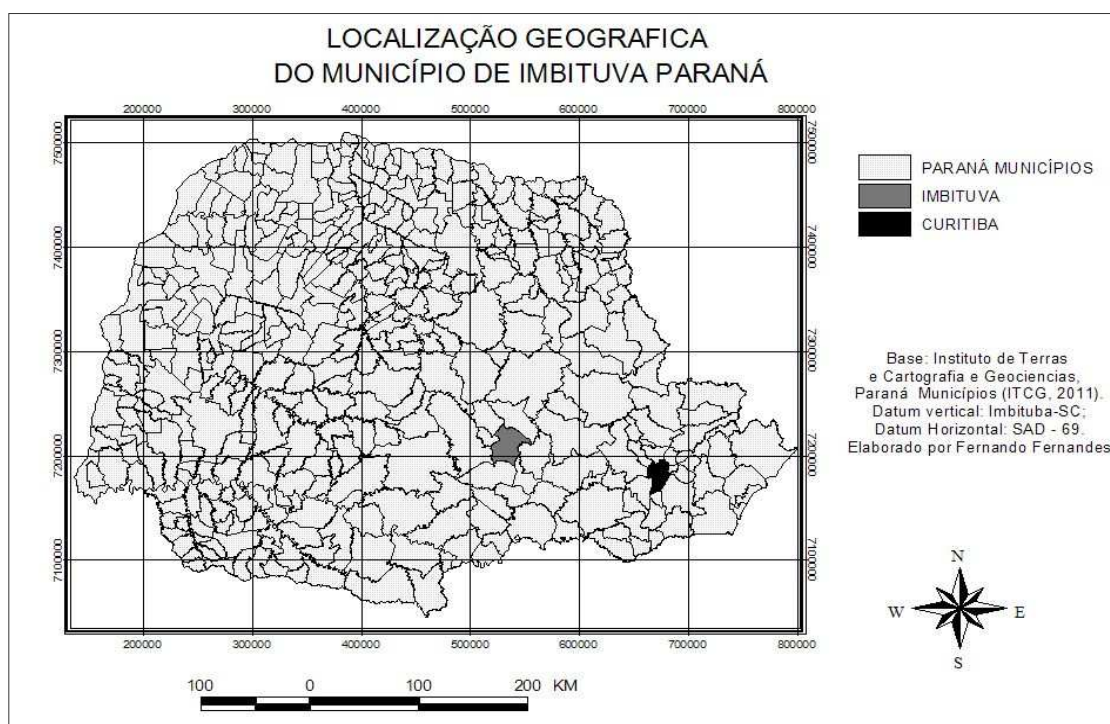
of development, reflected in development policies of Local Productive Arrangements (LPS) in Brazil, with a focus on the APL of the county of Imbituva tricot-PR.

Keywords: World-system. Culture. Imbituva-PR.

INTRODUÇÃO

Situado a uma distância de 180 km da capital estadual Curitiba, e a 60 km da cidade-polo regional de Ponta Grossa, o município de Imbituva localiza-se na região sudeste do Paraná, mais especificadamente na microrregião geográfica de Prudentópolis (ver Figura 1). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o município possui 28.455 habitantes.

Figura 1 - Mapa da localização geográfica do município de Imbituva-PR



Imbituva, desde a década de 1970, vem se especializando na produção de roupas de tricot. Com a expansão do setor, foi criada em 1987 a Associação das Malharias de Imbituva (IMBITUMALHAS). O surgimento desta associação deu-se a partir da necessidade de organizar a Feira do tricot de Imbituva (FEMAI), um importante evento realizado anualmente, e que atrai uma grande demanda de visitantes e interessados em negócios do setor. Este evento se caracteriza sendo um dos principais meios de divulgação do arranjo, assim como o principal canal de comercialização para as empresas do tricot.

A associação também é importante para mediar relações institucionais de cooperação entre os membros do APL. Em 2011, tendo por base pesquisas de campo

realizadas no setor, a Imbitumalhas contava com a adesão de 36 empresas associadas. Torna-se importante destacar que em 2006, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) define Imbituva como sede de um APL.

Destaca-se que os formatos de organizações tidos como APLs derivam de um modelo europeu e norte-americano de produção, identificado por Marshall já no século XIX na Inglaterra. As bem-sucedidas políticas de desenvolvimento dessas regiões acabaram se disseminando e, desta forma, impulsionaram o Brasil nos anos 1990 a se interessar pelos parques tecnológicos, polos tecnológicos, incubadoras de empresas.

No território brasileiro, a partir da década de 1990, as políticas acerca dos APLs se intensificam, já que tal forma de organização passou a ser considerada como um forte mecanismo de desenvolvimento econômico e social para as diversas regiões do país. No Estado do Paraná, os APLs se intensificaram com os estudos desenvolvidos pelo IPARDES que com critérios teóricos e metodológicos caracterizou, no ano de 2006, o município de Imbituva como sede de APL, dada a concentração geográfica das empresas especializadas em artigos de tricot ali existentes.

No entanto, as relações complexas estabelecidas entre o empresariado local se caracterizam, muitas vezes, sendo contrárias às políticas de um APL, que em sua acepção mais ampla visa fomentar o desenvolvimento do município e da região. Percebe-se, no bojo das relações delineadas no APL de Imbituva, que grande parte do empresariado tem dificuldade de cooperar, indo contra os princípios básicos de um arranjo. As tímidas relações de cooperação não se referem somente aos donos das empresas do segmento do tricot, mas também, destes com os representantes do poder público tanto da esfera local, como também das demais escalas da política. Porém, tal envolvimento articulado é condição *sine qua non* em uma perspectiva de APL.

Desta forma, pensa-se acerca da aplicação da teoria do sistema-mundo de I. Wallerstein à realidade dos APLs do Brasil, pois, apesar de disseminada e adotada globalmente, acaba encontrando certas “resistências” de real incorporação, em razão das especificidades históricas e geográficas que apontam para um espaço não homogêneo, ou seja, portador de diversidades “culturais”. Isso faz pensar o projeto de implantação do APL no município de Imbituva, já que tal modelo de organização da produção que ali foi implantado está pautado em realidades europeias, contudo, sua transferência para o Brasil/Paraná/Imbituva, apresenta resistências culturais.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Na busca de realizar a discussão proposta, utilizar-se-á um referencial teórico/conceitual, de autores especializados na temática em torno do sistema-mundo, dos aglomerados de empresas, sobretudo APLs, dos processos globalizadores e culturais. Os principais autores que darão sustentação nas discussões delineadas são: Arient e Filomeno (2007), Arrighi (1996), Bobato e Silva Junior (2008), Bobato e Cunha (2010), Casarotto Filho (2001), Ortiz (2003), Marshall (1996), Fiori (2007), Harvey (1998), Costa (2010).

Ressalta-se que para a realização deste artigo alguns procedimentos foram fundamentais, como: pesquisa bibliográfica acerca dos temas trabalhados, assim como consulta em sites da internet, como IPARDES, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Também foram levantados dados qualitativos primários por meio de questionário, entrevistas e observações de campo, bem como, dados secundários.

Objetivando efetivar o artigo, pautou-se o método de pesquisa qualitativo. De acordo com Strauss (2008, p. 23), a pesquisa qualitativa:

Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativo.

Já para Liebscher (1998, apud DIAS 2000):

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos, é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Uma pesquisa de análise qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Este tipo de investigação é indutivo e descritivo na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos, a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses. Esse tipo de investigação qualitativa contempla uma visão holística na medida em que as situações e os indivíduos são vistas como um todo e estudadas numa base histórica (MIRANDA 2008).

Ao optar-se pela escolha do método qualitativo, a remissão feita foi a Strauss (2008), pois segundo suas análises, este método pode ser usado quando há necessidade de observar com o intuito de compreender detalhes intrincados sobre fenômenos, como: sentimentos, processos de pensamento e emoções.

Reitera-se que o presente artigo, ao utilizar o método qualitativo, objetivou compreender a implantação do projeto de cunho desenvolvimentista pautado na perspectiva de APL em meio à cultura do empresariado local do município de Imbituva. Desta forma, procurou-se colher dados junto aos agentes envolvidos no APL, buscando compreender suas opiniões e envolvimento para com o projeto.

O SISTEMA-MUNDO E SUAS INFLUÊNCIAS

No debate geográfico brasileiro contemporâneo sobre desenvolvimento, aparece o próprio questionamento acerca do “desenvolver”, seu significado para o vasto território nacional e os lugares (os municípios). Outro debate mais recente é o que confronta a

questão do desenvolvimento sob a ótica do “Sistema-Mundo” de I. Wallerstein, que afirma a existência de uma única economia globalizada e um sistema interestatal fragmentado e hierarquizado.

Este viés de análise instiga a pensar a existência de uma superestrutura composta por países considerados de “centro” do sistema capitalista, que mediante suas práticas e interesses, têm o poder de condicionar os processos de desenvolvimento de nações tidas como periféricas ao sistema criado. Ressalta-se que condicionando ou não o desenvolvimento de países periféricos, percebe-se que no caso do Brasil, projetos que visam o desenvolvimento regional e local comportam características de modelos europeus e norte-americanos.

Os modelos de APLs que serão abordados mais adiante são exemplos elucidativos de projetos de desenvolvimento trazido para o Brasil e disseminado para estados e municípios. É oportuno aqui citar Harvey (1998, p. 117):

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.

Um sinal evidente das transformações geradas pela ordem capitalista globalizada se relaciona à perspectiva dos APLs, uma vez que tal forma de organização produtiva resulta de configurações políticas, econômicas e culturais emanadas de países centrais. APL é um modelo que vem do centro, impulsionando a pensar e debater as lógicas do “sistema-mundo”. Nesta linha de raciocínio, elucidada aqui, tendo por base Arienti e Filomeno (2007), que os conceitos de “moderno sistema mundial, economia-mundo capitalista e sistema interestatal” surgem no bojo de uma nova abordagem sobre a história do capitalismo, que emergiu em meados dos anos 70 do século XX.

Para Arienti e Filomeno (2007), a análise de Wallerstein, que aborda a influência do sistema-mundo, tem como foco a formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XVI, com integração de novos territórios como parte de seu sistema.

Fiori (2007) também corrobora este pensamento, pois para ele, o sistema político e econômico “central” é resultado da criação, já no século XVI, do poder conquistador sob a forma de impérios coloniais.

Arienti e Filomeno (2007) explicitam que Wallerstein, ao pensar acerca dos sistemas sociais no contexto do sistema em sua totalidade, divide-o em dois tipos: **minissistemas** e **sistemas-mundo**: “Os **minissistemas** dizem respeito a economias tribais integradas através da reciprocidade e que envolvem uma única divisão de trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura (ARIENTI; FILOMENO 2007, p. 103)”. Já um **sistema-mundo é definido como:**

(...) uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é coextensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas. (ARIENTI; FILOMENO 2007, p. 103).

Para Wallerstein, os minissistemas passaram a ser absorvidos na expansão de sistemas-mundo. Por consequência, atualmente, os únicos sistemas sociais possíveis seriam os sistemas-mundo. Cabe ressaltar que estes últimos se caracterizam pela expansão da organização capitalista, que surgiu na Europa a partir do século XVI e que fora se disseminando pelas demais regiões e países conformando o espaço geográfico em sua totalidade, integrando as economias. Nas palavras de Arienti e Filomeno (2007, p. 105),

(...) o capitalismo expandiu-se territorialmente para integrar novas áreas sob seu domínio. Essa expansão realizou-se por meio de capitais respaldados pelos Estados nacionais. Paralelamente à formação da economia-mundo capitalista, havia também a manutenção e o acirramento da rivalidade entre os Estados nacionais, não mais movidos apenas pela pilhagem ou pela conquista territorial para arrecadação de tributos, como era esperado na expansão de um império, mas para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais amplo, garantir condições de monopólio para seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos. A economia-mundo capitalista e o sistema interestatal formaram o moderno sistema mundial.

O moderno sistema mundial dissemina suas práticas que passam a ser incorporadas pelas nações que formam a periferia e semiperiferia do mundo, e essa disseminação se intensifica com a globalização.

Para Bobato e Silva Junior (2008), o atual momento, marcado pela constante influência dos processos disseminados pela chamada “globalização”, tem gerado novas formas de organização, reconfigurando a ordem espacial das atividades econômicas dentro do espaço geográfico. As transformações em curso impulsionaram modelos que passaram a ser adotados por diversas regiões.

No artigo aqui estabelecido, elucida-se o modelo de APL, que tem sua origem na Europa e América do Norte. Nos escritos contidos no documento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Brasil, elaborado em 2007, percebe-se a adoção do modelo europeu e norte-americano de produção, já que o documento explicita:

Desde a década de 80, no entanto, uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões. Inspiradas no sucesso de regiões como o Vale do Silício, na Califórnia, a Emília Romana, na Itália, ou regiões dinâmicas da Ásia, tais políticas apresentam duas características essenciais: são ancoradas em territórios específicos; e

baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas e das condições de vida da população. (PNDR, p. 9).

Os APLs passaram a ser estabelecidos no país como alternativa de desenvolvimento das potencialidades existentes nas diversas regiões. Para Costa (2010, p. 19), no Brasil, o termo virou “sinônimo de modernidade, se constituindo para muitos, como uma espécie de panaceia para o desenvolvimento”.

No caso do município de Imbituva, que contempla um APL, por historicamente ter concentrado empresas especializadas em roupas de tricot, percebe-se que o desenvolvimento pela via do projeto de modelo europeu e norte-americano não se dá de forma satisfatória (BOBATO; CUNHA, 2010a). Há certas resistências por parte do empresariado local em aderir totalmente ao projeto e alavancar um processo de desenvolvimento para o setor.

Mediante entrevistas realizadas durante pesquisas de campo, constatou-se que as dificuldades encontradas no bojo do projeto implantado se dão devido às identidades, culturas fortemente enraizadas no seio do empresariado imbituvense, que não permitem propensas relações de cooperação, fator indispensável para o seu êxito.

As relações contraditórias existentes no setor fazem pensar acerca das lógicas da globalização. Assim sendo, explicita Ortiz (2003, p. 17):

Cada espaço é marcado por valores particulares e por uma mentalidade coletiva modal, pois uma civilização é uma continuidade no tempo da larga duração. Tudo se passa como se cada “cultura” tivesse um núcleo específico, permanecendo intacto até hoje. O mundo seria um mosaico, composto por elementos interligados, mas independentes uns dos outros.

A globalização integra pontos no espaço, mas ela não é homogeneizadora como propagam muitos apologistas, a ponto de eliminar as identidades locais conferindo-lhes uma lógica cultural uniforme. Muito pelo contrário, as especificidades afloram e geram resistências, pois a cultura comporta uma pluralidade de modos de vida e pensamentos que se enraízam na mente das coletividades.

Ainda Ortiz (2003, p. 23) ressalta que:

(...) as preocupações devem ser redobradas quando nos deparamos com o universo cultural. Sua interação com a dinâmica econômica é evidente, e não poderia em absoluto ser negada, no entanto, as relações que se estabelecem estão longe de se acomodar a qualquer tipo de “determinação em última instância”. Até mesmo do ponto de vista histórico esta associação parece-me indevida. Se podemos dizer que a construção do capitalismo se inicia no século XV, disso não decorre a existência de uma cultura intrínseca, permanente e comum, às manifestações que lhe seguem, por exemplo, no século XIX. Seria insensato dizer que a cultura do “antigo regime” é similar a modernidade inaugurada pela Revolução Industrial e política dos países europeus.

Mediante os escritos anteriormente citados e tendo por base a realidade observada e constatada em campo, acredita-se que no caso do APL de Imbituva, a

cultura do empresariado não é propensa a desenvolver o projeto que visa fomentar o seu desenvolvimento pela via da cooperação, das relações de ajuda mútua entre os empresários, ou seja, a cultura do empresariado local de Imbituva difere dos níveis culturais de onde o modelo surgiu.

As regiões que originaram os modelos de projetos centrados em aglomerados de empresas eram fortemente estruturadas a alavancar processos de desenvolvimento, auferindo ganhos coletivos. Foi o caso da região de Emilia Romana, na terceira Itália, como clarifica Casarotto Filho e Pires (2001), pois lá a cultura de cooperar gerou benefícios coletivos, transformando a terceira Itália em berço de distritos industriais. Casarotto Filho e Pires (2001, p. 107) insistem que:

Entre todos os fatores, variáveis e requisitos metodológicos conhecidos e amplamente discutidos nos projetos de desenvolvimento que estão sendo implementados, não somente no Brasil, mas também em regiões europeias, a cultura social representa o principal nó estruturante de todo o processo.

Percebe-se que a cultura é um fator relevante quando se procura “alavancar” projetos de desenvolvimento e esta precisa ser levada em consideração. Desta maneira, é preciso buscar compreender as especificidades que se tem no tecido territorial onde se almeja dinamizar econômica e socialmente, logo, tem-se a importância do território com todo o seu processo histórico e geográfico de consolidação.

Ao reiterar no presente artigo a importância do território, evidencia-se a síntese do pensamento de Souza (2007, p. 86) sobre o tema, pois segundo ele, o território se resume sendo um “(...) campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, (...)”. Este pensar do autor que preza pelas redes de relações pressupõe o vínculo estabelecido entre a sociedade e a natureza, vínculo este que resulta em um contínuo processo de transformação e produção de territórios em diferentes escalas e intensidades, no entanto, permeados pelo exercício do poder.

É importante destacar que para Souza (2007, p. 96):

(...), sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém.

Resumidamente, compreende-se que o território se cristaliza sendo o resultado da interação do homem com a natureza permeado por relações de poder, e este poder ocorrendo na esfera política, econômica e cultural. Saquet (2006), ao abordar o território, enfatiza os aspectos econômicos e políticos, assim como faz uma relação com a vertente cultural em meio ao processo de formação territorial. Em suas palavras:

Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações

(territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET 2006, p. 66)

Conclui-se que para o autor, o território se configura por uma diversidade de relações que são políticas, econômicas e culturais, interagidas com a natureza exterior do homem, sendo que as relações de poder também se engendram. Elas podem ser de caráter permanente, ou temporário e são passíveis de se manifestarem em diferentes escalas geográficas com intensidades diversas.

Argumenta-se que abordar neste artigo o conceito de território com os elementos que o formam é importante devido ao fator cultural da coletividade social que nele vive ser constitutivo de sua formação ao longo dos tempos. Esclarece-se que ao estudar o projeto de APL no território de Imbituva, vê-se que questões de cunho cultural geram resistências que limitam o seu êxito. No entanto, as resistências que serão evidenciadas mais adiante neste artigo estão intimamente ligadas ao contexto histórico e geográfico de construção do território onde o arranjo se assenta.

Com relação à formação do território de Imbituva, ele está ligado ao período do tropeirismo do século XVIII. Segundo Stadler (2005, p. 14), o Paraná tropeiro:

É uma história de caminho, de homens, de coragem e de um modo de vida. Seguiram esse destino muitos e muitos homens que deixaram sentimentos mais arraigados como o pé no chão constante e a vida familiar para se embrenhar em estradas por dias e dias, com chuva, sol, calor e frio.

No que diz respeito ao termo tropa, intitulou-se a grande porção de animais que eram conduzidos pelo tropeiro, sendo que este, como conta a história popular, originou-se “pela falta de meios de transportes e de estradas apropriadas (STADLER 2005, p. 14)”. A palavra tropeiro resulta de tropa, se refenciando à coletividade de homens que transportavam gados, mercadorias, no período histórico e geográfico do Brasil colônia. No século XVIII, em meio às descobertas de ouro e diamante em Minas Gerais, surge a importante figura do tropeiro, pois a alta concentração de pessoas nas minas sem uma estrutura econômica apropriada, resultou em problemas de abastecimento de alimento, e mercadorias indispensáveis ao cotidiano.

Em meio a tal problemática, os tropeiros passaram a abastecer a região mineira com produtos de necessidade básica, sobretudo, alimentos. Neste contexto, a comercialização de animais (mulas) deu-se fortemente, com o fito de favorecerem os transportes de materiais, utensílios, relativos à atividade mineradora. O comércio de mulas e mercadorias a partir do Rio Grande do Sul para com os mercados de São Paulo (Sorocaba) e, por fim Minas Gerais, resultou no surgimento de inúmeros povoados, consolidando o processo de povoamento e transformação do território brasileiro.

Imbituva teve seu surgimento atrelado a este contexto de atividade tropeira, pois as tropas que passavam pelo caminho das missões passaram a fixar parada para pouso e descanso num terreno elevado, cujo formato se assemelhara a um “cupim”, processo

que ocorre com frequência nas pastagens paranaenses. Segundo Stadler (2005), o termo “Cupim” marcou o início de uma nova vila (hoje Imbituva).

O início da construção da vila deu-se por volta de 1861, quando Antônio Lourenço de Ávila, tropeiro Paulista de Faxina – SP, dirigiu-se com seus companheiros e fixaram-se em Cupim. No início do povoamento de Cupim, seu território era rico em madeiras, erva-mate, minerais, bem como, campos e pastos abundantes, que favoreciam a criação de animais.

O processo histórico e geográfico de formação do território de Imbituva, hoje portador de um APL, deixa evidenciado que o poder se fez implícito e este se deu na apropriação de grandes quantidades de terras pelos primeiros habitantes, tanto é que segundo os registros históricos que se tem no município, Antônio Lourenço de Ávila cedeu 200 alqueires de terras para a construção da então vila “Cupim”. Também em meio às relações de poder, houve o intrínseco processo de interação homem-natureza, que desde o início de seu desbravamento ocorreu, já que os fatores físico-naturais abundantes e favoráveis propiciaram a fixação de vários homens, que paulatinamente formaram o povoado.

Os primeiros habitantes trouxeram outros. A nova povoação não tardou a receber a influência de colonos alemães, italianos, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao desenvolvimento do município. Por volta de 1850, em Imbituva, “os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava, (...) ao todo eram 50 famílias mais ou menos (STADLER, 2005, p. 54)”. A grande maioria dos alemães que se fixaram no município professavam a fé evangélica Luterana e, de acordo com Stadler (2005, p. 54), esta religião é “traço cultural que constitui uma das características da identidade do grupo”. Nas palavras da autora:

No dia 09 de Janeiro de 1886, um grupo de 12 famílias aproximadamente fundaram uma corporação religiosa, a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição. Entre eles, estavam as famílias Gloeden, Youngblood, Sheidt, Haude, Van der Brook, Mehret, Nortok, Schneider, Stadler e outros. A comunidade fundou, também, o Cemitério da Ressurreição (STADLER, 2005, p. 54).

Também os italianos, em 1896, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de pequenos núcleos. “Vieram famílias de imigrantes italianos como os Bobato, Moleta, Marconato, Menon, Pontarolo (STADLER, 2005, p. 65)”. A autora chama atenção, ao salientar em seus escritos que a família italiana em Imbituva distinguiu-se por quatro características muito fortes sendo “a fé católica, a família, o trabalho e a perseverança (STADLER, 2005, p. 66)”.

Por fim, os poloneses e russos, por volta do ano de 1900, chegam a Imbituva, sendo eles os Filipak, Kurek, Szabela. Nas palavras de Stadler (2005, p. 79):

Os imigrantes desta procedência, dotados de um profundo sentimento religioso, católicos por excelência, não demoraram a integrar-se plenamente na vida nacional, como lavradores, comerciantes, ou profissionais liberais. Tratavam-se geralmente de pessoas humildes, de pequenos camponeses e trabalhadores rurais, que eram modestos em suas aspirações econômicas e laboriosos no cultivo da terra.

Ao se compreender a efetivação do território de Imbituva, vê-se que sua consolidação esteve intimamente ligada a atividades agrárias, caracterizando-se como a “vocação” do município no início de sua construção. Tanto os imigrantes alemães, como italianos, tidos como a grande maioria que possibilitou o povoamento do município, estabeleceram um forte viés de ligação para com as atividades agrárias e extrativistas, logo, para uma acirrada relação sociedade-natureza, marcada obviamente por relações de poder.

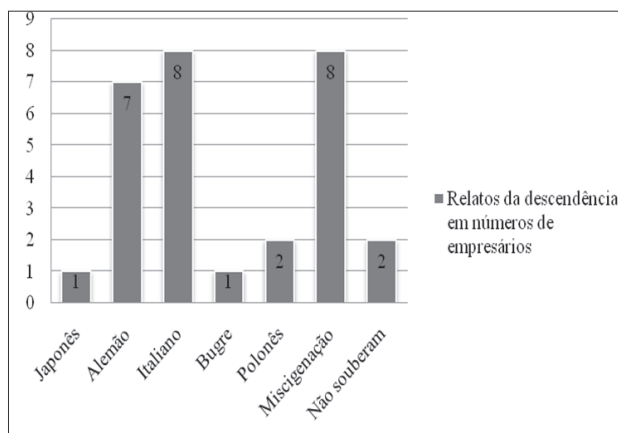
A historiadora Stadler (2005), ao buscar compreender as origens do município de Imbituva, impulsiona a pensar que as atividades agrícolas, pastoris, assim como a extração de madeiras e erva-mate, permitiram a fixação de centenas de pessoas no município. Com o passar dos tempos, o município vai crescendo em termos populacionais e econômicos e novas atividades vão se originando, muitas delas sem ligação direta com as práticas agrícolas e extrativistas, que foi a “vocação” primeva do território, como por exemplo, o segmento de tricot, formador do APL.

Nas palavras de Cassiolato e Szapiro (2003), uma determinada atividade [projeto] se territorializa quando sua viabilidade está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações), no caso, também culturais, logo, um projeto de APL necessariamente deve levar em consideração a cultura existente no tecido territorial almejado, pois as relações de sinergia, as trocas de informações, a união, confiança, que são elementares para o bom desempenho de um dado arranjo, estas envolvem a cultura da sociedade no território.

Aponta-se que mediante os dados obtidos através de pesquisa de campo, percebeu-se que o desenvolvimento do APL em questão não vem tendo êxito satisfatório. Há certas resistências por parte do empresariado local em aderir totalmente ao projeto, em alavancar um processo gerador de desenvolvimento, tanto para o APL como para o município. Alguns empresários relataram não compreenderem ainda o que realmente venha a ser um APL. Também se constatou que alguns donos de empresas não estão satisfeitos com o andamento do projeto, além do mais, notou-se que vários empresários não se dispõem a lutarem de fato pela dinamização do arranjo. Chamou atenção o fato de que grande parte dos proprietários de empresas não queria responder as questões que envolviam o termo política, demonstrando um sentimento de insegurança, de não pertencimento.

Em meio a esse contexto de contradições, têm-se questões culturais que permeiam a sociedade imbituvense. Assim sendo, procurou-se compreender a descendência do empresariado local do ramo de tricot e as religiosidades existentes entre eles, assim como também os traços da cultura política cristalizada no pensar e nas ações do empresariado. Destaca-se que mediante os dados obtidos, há uma diversidade de traços culturais e religiosos no APL. (ver gráficos 1 e 2).

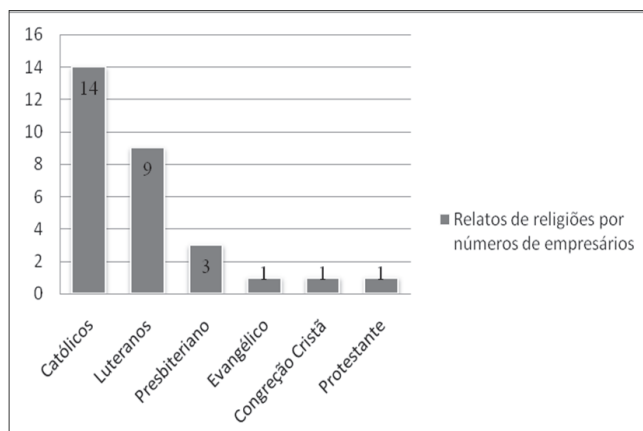
Gráfico 1: A descendência do empresariado local, 2011



Dos 29 empresários pesquisados, somente 05 afirmaram não terem nascido no município de Imbituva. A diversidade constatada vem dificultando as relações de cooperação entre o empresariado. Constatou-se que mesmo os representantes do projeto APL buscando demonstrar a importância de se cooperar e seguir as tendências dos modelos estrangeiros de organização de empresas, viu-se que o empresariado local não incorpora em grande parte tais ideias e resiste em “abraçar o projeto”.

Durante entrevistas, percebeu-se que algumas das divergências relatadas por empresários ocorrem em meio ao status de “grandes empresas” versus “pequenas”. Observou-se um teor de conflitos providos de um sentimento de “inveja” do desempenho de algumas empresas em detrimento de outras. Tanto é que durante conversas com alguns donos de empresas, sobretudo iniciantes, estes comentaram: “[tal pessoa] não precisa da empresa do tricot para sobreviver, é ganancioso”. Acredita-se que as diversidades culturais influenciam nas relações entre o empresariado, já que sentimentos particulares afloram em meio às decisões tomadas no âmbito do projeto dentro do município pesquisado. Entretanto, é preciso levar em consideração que a estrutura territorial de Imbituva, segundo Stadler (2005), recebeu ao longo de sua consolidação a influência de colonos alemães, italianos, poloneses e russos.

Gráfico 2: As religiosidades do empresariado do setor, 2011



O gráfico revela que o território contempla uma variada gama de especificidades que são culturais, pois as famílias que fazem parte do APL carregam consigo os traços, as características de suas gerações e isso certamente tem influências nas relações de cooperação, de interação deles. As diversidades se cristalizam nas falas, nas ideias do empresariado local.

Em meio a essa questão de cunho cultural, destaca-se o caso de um dono de empresa que explicitou o seguinte fato: “no ano de 2010, houve um curso de bordado ofertado pela IMBITUMALHAS. O curso ocorreu nas dependências do colégio Rui Barbosa [colégio ligado à religião luterana que existe na cidade de Imbituva]. Ao término do curso, realizou-se um jantar por meio da associação. Como o curso foi realizado nas dependências do colégio luterano, foi convidado o pastor da igreja que deu apoio ao curso, porém, como no setor há uma diversidade de religiões, houve resistências, sendo que houve donos de empresas que se recusaram participar.”

Vê-se que questões de cunho cultural acabam permeando relações sociais dentro de um dado contexto territorial. Desta maneira, chegou-se à conclusão de que é necessário ter em mente que a cultura do empresariado do ramo do tricot de Imbituva precisa ter merecida atenção em meio a projetos que intentam contemplar o coletivo social, já que as diversidades culturais são muitas.

No que concerne à cultura política do território, percebeu-se que esta choca com as perspectivas de práticas descentralizadas características de um projeto de APL, uma vez que o coletivo empresarial não se sente participante dos processos políticos nos mais diferentes níveis da federação. Presenciou-se nas pesquisas de campo que a maioria dos donos de empresas não se sente bem quando se menciona o termo política, a maioria se recusa responder, e quando respondem, suas falas são muito tímidas sempre perguntando se “alguém” terá acesso às respostas, bem como aos comentários por eles proferidos. Nas palavras de Bandeira (2000, p. 118):

A tradição político-administrativa brasileira é fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório e pelo formalismo burocrático. Por esse e por outros motivos, a incorporação mais efetiva de práticas participativas às atividades do setor público exigirá uma profunda mudança da cultura organizacional predominante na administração pública do país.

Pensa-se que a cultura política influencia fortemente no modo de agir das pessoas, pois em um país com forte tradição de centralismo político, de coronelismo, clientelismo, as pessoas tendem a se manter afastadas dos processos que envolvem a lógica política.

Percebeu-se, junto ao empresariado, que a cultura política que os envolve inviabiliza o entrelaçamento deles com os membros do poder público, sobretudo municipal. Fora constatado que os processos de interação entre eles ocorrem timidamente. Durante as pesquisas, ao conversar com os donos das empresas, eles demonstraram um sentimento de não pertencimento aos processos característicos do campo da política. É como se estes empresários não se importassem em buscar alternativas de melhorias para o setor junto às esferas do poder público, tanto local como estadual.

Uma organização de APL se constitui sendo possuidora de várias características (quadro 1), no entanto, acredita-se que além das relações de cooperação entre os atores, o entrelaçamento com o poder público na escala em que se concentra o arranjo é de fundamental importância para que haja êxito no processo de desenvolvimento do APL como um todo.

Quadro 1: Principais características de um APL

LOCALIZAÇÃO	PROXIMIDADE OU CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de pequenas empresas • Pequenas empresas nucleadas por grande empresa • Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras etc. • Intensa divisão do trabalho entre as firmas • Flexibilidade de produção e de organização • Especialização • Mão-de-obra qualificada • Competição entre firma baseada em inovação • Estreita colaboração entre as firmas e demais agentes • Fluxo intenso de informações • Identidade cultural entre os agentes

Fonte: Lemos, C. (1997). Org. BOBATO 2011.

Acredita-se que um APL pressupõe o envolvimento articulado entre as mais diversas escalas do poder público, assim como, com centro de pesquisas, universidades, sejam públicas ou privadas. No entanto, tal articulação perpassa pelas questões relacionadas à cultura política. Através das interações políticas e institucionais, o desenvolvimento de um arranjo pode ser melhor estruturado. No entanto, para que isso ocorra, é de extrema importância que as pessoas envolvidas no projeto, sejam participantes ativos junto às esferas e representantes do poder, gerando, assim, um forte grau de governança no território local como sugere Cunha (2000, p. 57-57)

Um conceito de território centrado na questão do poder permite dar consistência a concepção de desenvolvimento territorial, a partir da conclusão de que políticas públicas de caráter territorial não podem ser formuladas e implementadas sem a participação dos atores públicos e privados vinculados ao maior número possível de segmentos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais estão presentes em diferentes configurações regionais ou territoriais. Dessa forma, modelos e projetos de desenvolvimento territorial dependem basicamente de uma “engenharia política” que promova uma “governança” ou um “pacto” que envolva a maior diversidade possível de atores.

Certamente, as interações no território possibilitam êxito para o desenvolvimento, porém, no caso do tecido territorial do APL pesquisado, sentiu-se que a diversidade cultural relacionada à origem dos empresários, bem como a lógica cultural política, fruto

dos contextos históricos e geográficos vivenciados no Brasil, vêm dificultando a solidez de articulações entre os agentes que compõem a estrutura de governança do arranjo em questão, logo, ocasionando perdas para o coletivo social do território.

Acredita-se que as divergências de cunho cultural que agem no APL de Imbituva podem ser equacionadas com o passar do tempo, desde que formas de conscientização sejam postas em práticas por meio de encontros, palestras, confraternizações, ou seja, é preciso fortalecer o capital social do empresariado.

Para Putnam (1996, p. 177), o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Esta forma de capital envolve a confiabilidade a reciprocidade, a confiança, identidade, amizade, que somadas contribuem para o sucesso do desenvolvimento no território. O capital social, em um determinado tecido territorial, se manifesta de forma mais intensa e maturada, quando se tem uma cultura homogênea. No entanto, enfatiza-se que em territórios onde as diversidades culturais se dão de forma intensa, como é o caso do APL imbituvense, também é possível a existência de relações sinérgicas envolvendo a confiança, a cooperação, a amizade, porém, os óbices certamente serão maiores, mas podem ser superados. No entanto, iniciativas precisam ser tomadas pelos agentes que estão à frente da governança do APL.

Já com relação ao enfrentamento das questões que envolvem a cultura política materializada no território, acredita-se, mediante os escritos de Nogueira (2011), que a cultura ético-política precisa estar constantemente sendo revitalizada e isso depende de:

Educação para a cidadania, com a qual se dissemina a capacidade de valorizar as instituições políticas, os direitos e os deveres, reconhecendo ao mesmo tempo a importância do sistema de voto para a formação dos consensos básicos com os quais se estrutura o governo da sociedade – a capacidade de compreender, em suma, que participar é mais do que eleger representantes e autorizar governantes, mas não exclui os papéis específicos que representantes e governantes têm no processo de tomada de decisões e de organização do espaço público (NOGUEIRA 2011, p. 156).

As “resistências” encontradas no APL do tricot de Imbituva podem não ser no sentido de “luta” contra o sistema de forma consciente, no entanto, culturalmente é uma luta, devido ao enraizamento de processos culturais que se manifestam em cada empresário do ramo, impossibilitando-os de uma adesão com interesses homogêneos junto ao projeto.

Fiori (2007) elucida que a disseminação e manutenção do poder político e econômico em grande parte dos países se dão por estados tidos como “núcleo central do sistema”. Estes definem as regras do jogo, ocasionando a adesão de nações não fortemente estruturadas, tanto política, quanto economicamente. Assim sendo, explicita-se a falta de maturação no que concernem as políticas de inovação e desenvolvimento no Brasil, que impedem o país de elaborar seus próprios mecanismos de desenvolvimento regional e local. Ou seja, grande parte dos projetos de desenvolvimento que se implanta no país são frutos de experiências bem-sucedidas de países considerados “centro” do sistema. Isso

resulta em dificuldades de assimilação, pois o fator cultural em uma dada coletividade é de fundamental importância para o êxito de um projeto de caráter desenvolvimentista.

Há de se ter em mente que a cultura da população brasileira/paranaense/imbituvense abarca heterogeneidades e os espaços territorializados contemplam particularidades, especificidades que não podem ser assimiladas as formas culturais europeias, berço do modelo de APL. Como a cultura não é tão homogênea como propagam os apologistas da globalização, muito pelo contrário, as heterogeneidades se reforçam, gerando certas resistências aos impactos da ordem capitalista globalizada, o êxito de tais lógicas pautadas nos modelos de países centrais ao serem implantadas em locais brasileiros, se concretizam sem o devido sucesso, enfrentando resistências culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema-mundo constituído histórico e geograficamente dissemina suas lógicas para países que estão à margem do centro e essa disseminação ideológica, ou política, se reforça com a globalização da economia. Contudo, determinadas resistências se delineiam nas coletividades que têm suas identidades fortalecidas por aspectos culturais que se enraízam em suas mentes.

Portanto, a globalização não consegue homogeneizar formas de proceder, como no caso pesquisado do APL de Imbituva, onde o empresariado não procede da mesma forma que empresários dos países do centro, de onde se originou o modelo. Essa diversidade, em grande parte cultural, dificulta o êxito do desenvolvimento no local onde o projeto está sendo posto e, por conseguinte, reforça uma determinada resistência aos ideais lançados pelo sistema-mundo.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO Felipe Amim. **Economia Mundial do moderno sistema mundial:** as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Em *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 99-126, jul.2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O LONGO SÉCULO XX: DINHEIRO, PODER E AS ORIGENS DE NOSSO TEMPO.** Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org.). *Determinantes e desafios contemporâneos.* Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2000.

BOBATO, Zaqueu Luiz; SILVA JUNIOR, Roberto França da. O Arranjo Produtivo Local de Imbituva, o espaço e o processo de globalização: elementos para uma problematização geográfica. **Anais do Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC).** Foz do Iguaçu, 2008. Disponível em: <http://www.ppg.uem.br/docs/pes/eaic/XVII_EAIC/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BOBATO, Zaqueu Luiz; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. A implantação das políticas públicas territoriais na perspectiva de Arranjos Produtivos Locais-APLs: o caso do APL de malhas em tricot de Imbituva-PR. **VII Encontro de Economia Paranaense (ECOPAR).** Guarapuava-PR, 2010a. Disponível em: <http://anais.unicentro.br/ecopar2010/pdf/trabalho_73.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. O USO DO MÉTODO HERMENÊUTICO ASSOCIADO AO QUALITATIVO E QUANTITATIVO NO CASO DO ARRANJO PRODUTIVO DE MALHAS EM TRICOT DE IMBITUVA-PR. Anais da VI Semana de Geografia de Irati: **O ontem o hoje e o amanhã: algumas reflexões sobre o espaço geográfico.** Orgs. FREITAS, Andreza Rocha de; RIGONI, Emerson; BASSO, Luis Carlos. V. 1, n. 4, set. 2010b, p. 263-283. Disponível em: <http://www.unicentro.br/setores/caa/Geografia/anais/Anais_VI_Semana_de_Geografia_de_Irati.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. Descentralização política e Arranjos Produtivos Locais: um enfoque mediante a complexidade do APL de tricott de Imbituva-Pr. **Anais do V Seminário de Pesquisa da turma 2010 do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Mestrado em Gestão do Território.** Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) 2010c.

CASSIOLATO José E; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José E; MACIEL, Maria Lúcia (Orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Relume Dumará Editora, julho de 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará. Editora: Mais Gráfica. Brasília, 2010.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **R. RA'EGA.** Curitiba, n. 4, p. 49-60, 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/3339/2675>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa - características gerais e referências.** Disponível em: <<http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica.** São Paulo: Loyola, 2004.

FIORI, José Luís. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.** Revista OIKOS. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007. ISSN 1808-0235. www.revistaoikos.org, p. 77-106.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

IMBITUVA, Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.imbituva.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para Arranjos Produtivos Locais (APLS) do Estado do Paraná:** Diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. - Curitiba: IPARDES, 2006.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros.** Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

LEMOS, C. **Notas preliminares do Projeto Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado.** IE/ UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1997.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório.** Tradução: Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (OS ECONOMISTAS). Vol. I. (p. 261-368).

MIRANDA, Bruno. **Método Quantitativo versus Método Qualitativo.** (2008). Disponível em <<http://adrodomus.blogspot.com/2008/06/mtodo-quantitativo-versus-mtodo.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PNDR. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional 2007**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/discurso.asp#discurso>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **CAMPO-TERRITÓRIO**: considerações teórico-metodológicas. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. **Imbituva**: uma cidade dos Campos Gerais. 2 ed. Jul. 2005.

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa Qualitativa**: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. CASTRO, Iná Elias de et. al (org). **Geografia**: Conceitos e Temas. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (p. 77-116).

Recebido em 17/01/2012
Aceito para publicação em 26/07/2012